

O Brasil propõe pagar US\$ 1,5 bilhão de juros atrasados. Os bancos querem receber no mínimo US\$ 2,4 bilhões.
O governo americano aumenta as pressões.

Faltam US\$ 900 milhões para um acordo

PAULO SOTERO, DE WASHINGTON

O governo brasileiro comunicou aos bancos credores, em Nova York, sua disposição de pagar adiantado, sem condições, o total dos US\$ 1,5 bilhão que havia oferecido para abater a conta de quase US\$ 9 bilhões de juros atrasados, na abertura da sétima rodada de negociações, há duas semanas. A decisão removeu o principal obstáculo político que vinha emperando as conversações — a insistência brasileira em condicionar pagamentos substanciais de atrasados a um acerto prévio sobre os termos de reestruturação do estoque de cerca de US\$ 50 bilhões da dívida de médio e longo prazo aos bancos.

Mas não há acordo à vista. Embora os bancos também tenham baixado sua reivindicação sobre o pagamento mínimo dos atrasados, uma diferença de US\$ 900 milhões ainda afasta os dois campos. Os credores, que haviam pedido inicialmente um terço dos atrasados, insistem em receber US\$ 2,4 bilhões.

Outro obstáculo é o montante de juros a ser aplicado aos bônus que o governo emitirá para refinanciar cerca de 70% dos atrasados por um prazo de menos de dez anos. Os bancos não aceitam a reivindicação brasilei-

Na sétima rodada de negociações, Jório Dauster aumentou a proposta de pagamento. Mas os credores querem mais.



ra de pagar taxas inferiores às do mercado no prazo de vida do papel. Além do pagamento de US\$ 1,5 bilhão, o Brasil já anunciara anteriormente a intenção de liberar todas as transferências relativas à dívida do setor privado (cerca de US\$ 500 milhões este ano) e reiniciar o serviço de um terço dos juros correntes a partir de janeiro.

O negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, deu o primeiro sinal de mudança significativa da posição brasileira duas semanas atrás, anunciando

uma desvinculação parcial entre as negociações dos atrasados e do estoque da dívida. Na ocasião, ele ofereceu um pagamento incondicional de US\$ 450 milhões. Duas semanas antes, o governo americano aumentara a pressão sobre o governo brasileiro. Numa comunicação formal ao embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, o subsecretário do Tesouro, David Mulford, informou que se o governo persistisse em sua posição, as portas dos organismos financeiros multilaterais se fechariam e o Brasil seria tratado com a indiferença de um país que, por suas próprias ações, retirou-se da cena financeira internacional.

Na semana passada, quando Dauster já havia anunciado a

primeira concessão, a pressão tornou-se pública. Falando num seminário organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Nova York, Mulford responsabilizou o Brasil pela falta de progressos nas negociações. A nova oferta, feita na segunda-feira, também não conseguiu aplacar as pressões de Washington. Falando com a condição de não ser identificado, um alto funcionário do Tesouro disse, no mesmo dia, que houve um progresso modesto, mas não está ocorrendo nenhum progresso significativo.

Fontes bem informadas disseram que a declaração de Mulford pode ter sido feita antes de tomar conhecimento da nova posição brasileira e consideraram a oferta de pagamento de

US\$ 1,5 bilhão uma demonstração genuína do desejo do País de chegar a um acordo.

O anúncio aos bancos da nova oferta coincidiu com a visita a Brasília de Barber Conable, o presidente do Banco Mundial. Conable, um ex-deputado republicano e homem próximo ao Tesouro, passou pela capital brasileira ao final de um giro pela América do Sul para reiterar a disposição do Bird de apoiar o Brasil, mas também lembrar que isso não acontecerá enquanto o País não regularizar suas contas com os credores privados. Esta não é uma opinião de Conable: é a posição, expressa por escrito em setembro passado, das sete potências capitalistas que comandam as decisões no Banco Mundial.